

Ano XXII • Teresina (PI) - Sexta-Feira, 28 de Junho de 2024 • Edição VC





MUNICIPIO DE NOVA SANTA RITA

DECRETO Nº 15 . DE 02 DE MAIO DE 2024 - LEI N.295

03 00	SECRETARIA MUN. DE O	OBRAS., SERV. URBANOS E INFRA-ESTRUT		
111	15.451.0016.1006.0000	DESENVOLVIMENTO URBANO	-10.0	00,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	1 500 0
	500	Recursos não Vinculados de Impostos		
	999 001	RECURSOS PRÓPRIOS		

DESENVOLVIMENTO URBANO EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE -10.000,00 F.R. Grupo: 1 706 00 706 999 104 Transferência Especial da Ur TRANSF. ESPECIAIS

SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

EDUCAÇÃO PARA TODOS OBRAS E INSTALAÇÕES

27.812.0027.1049.0000 4.4.90.51.00

05 01 FUNDO DE MANUT. E DESENVOL. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDE

EDUCAÇÃO PARA TODOS OBRAS E INSTALAÇÕES Transferências do FUNDEB -FUNDEB OUTROS 12.361.0014.1046.0000 4.4.90.51.00 EDUCAÇÃO PARA TODOS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Transferências do FUNDEB - Impostos e Transfe FUNDEB - Profissionais da Educação Básic 12.361.0014.2089.0000 3.1.90.04.00 540 230 000 EDUCAÇÃO PARA TODOS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferênci FUNDEB - Profissionais da Educação Básic -10.000,00 F.R. Grupo: 1 12.361.0014.2089.0000 3.1.90.16.00 540 230 000

EDUCAÇÃO PARA TODOS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de FUNDEB OUTROS 540 999 200

EDUCAÇÃO PARA TODOS -20.000,00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 542 00 Transferência de FUNDEB - Complementação da União - VAAT FUNDEB - Profissionais da Educação Básic 12.365.0014.2108.0000 3.1.90.11.00 542 230 000

MUNICIPIO DE NOVA SANTA RITA 01.612.599/0001-87

DECRETO Nº 15, DE 02 DE MAIO DE 2024 - LEI N.295

02 05 01 FUNDO DE MANUT. E DESENVOL. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDE

12.366.0014.2091.0000 EDUCAÇÃO PARA TODOS 3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

02 06 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

 17.511.0018.1009.0000
 ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA

 4.4.90.52.00
 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

 599
 001
 RECURSOS PROPRIOS

06 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

-30.000,00 no: 1 601 00 no Federal - Bloco d 10.301.0010.1034.0000 4.4.90.52.00 AÇÕES DE ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 601 999 308

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

08.243.0007.2129.0000 3.1.90.11.00 APOIO INTEGRAL A FAMILIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 660 999 402 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Transferência de Recursos do Fundo Nacional d OUTROS FNAS 08.244.0008.1077.0000 4.4.90.52.00

999 409 ASSISTENCIA SOCIAL GERAL
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo:
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
FNAS EMENDA

660 999 410

ASSISTENCIA SOCIAL GERAL
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA/F.R. Grupo: 660 999 409

MUNICIPIO DE NOVA SANTA RITA RUA ANTÔNIO JOSÉ PROCÓPIO S/N Exercício: 2024 01 612 599/0001-87

DECRETO Nº 15, DE 02 DE MAIO DE 2024 - LEI N.295

-1 009 551 64

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NOVA SANTA RITA, 02 de maio de 2024

HELLMARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL CPF: 008.303.453-61

Id:1518FCC7081AE78B



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI Nº. 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

"Dispõe sobre 26 Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Nova Santa Rita-PI, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei e em pleno exercício do cargo, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes gerais para elaboração e execução do Orçamento do Município de Nova Santa Rita-PI, para o exercício Financeiro de 2025
- Art. 2º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei 4.320/64 e nos termos da Lei Orgânica do Município de Nova Santa Rita-PI, para o exercício de 2025, compreendendo:
 - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
 - da organização e estrutura do orçamento;
 - das diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução do orcamento do Município e suas alterações:
 - IV. as disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
 - as disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
 - as disposições relativas aos dispêndios com pessoal e encargos sociais;
 - VII. do orçamento do Poder Legislativo e repasse para a Câmara Municipal;

(Continua na próxima página)





- VIII. as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária dp município;
- IX. das disposições gerais;
- X os Anexos
 - a) de metas fiscais:
 - b) de riscos fiscais.

Art. 3º. Integram esta lei o Anexo II que trata das Metas Fiscais e o Anexo III de Riscos Fiscais, de conformidade ao que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, elaborados de acordo com a Portaria STN/MF nº, 699, de 07 de julho de 2023.

Parágrafo único - As metas fiscais previstas no Anexo II desta Lei poderão ser ajustadas no Projeto da Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração, alterações dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas e do comportamento da respectiva execução.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

- Art. 4º. As ações e prioridades das respectivas metas da Administração Pública Municipal para o Exercício de 2025 são os constantes no anexo de Metas e Prioridades desta Lei, estando em consonância com o Plano Plurianual vigente e suas alterações, e se desdobram da seguinte forma:
 - Inclusão Social;
 - II. Garantir acesso à Saúde, Educação;
 - III. Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e/ou Alta Complexidade.
 - IV. Garantia de serviços de Saneamento Básico;
 - V. Promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl

- VI. Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VII. Serviços, programas, projetos e benéficos socioassistenciais;
- VIII. Geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;
- IX. Garantir investimentos em infraestrutura urbana e rural;
- X. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- Implantar e ampliar as políticas de inclusão, o respeito às diferenças e a defesa dos direitos humanos;

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 5°. Para efeito desta Lei entende-se por:

- Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos noPlano Plurianual:
- II. Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III. Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV. Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- V. Unidade orçamentária, o menor nível de classificação institucional,



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-PI CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível da classificação institucional;

- VI. Transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde;
- VII. Concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros:
- VIII. Conveniente, o ente da Federação com o qual a administração pública municipal pactue a execução de um programa com recurso proveniente da transferência voluntária.
- § 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projetode Lei Orçamentária de 2025 por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.
- § 2º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2022/2025.
- § 3º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações posteriores.
- § 4º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.



2

ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Art. 6º. Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:
 - Execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III -Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores);
 - Arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2024, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;
 - III. Alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);
 - IV. Expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;
 - Indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
 - VI. Metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas:
 - VII. Índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2024 e. se estiver apurado. o provisório para 2025:
 - VIII. Projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2025;
 - IX. Outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2025, desde que devidamente embasados.
- Art. 7º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2024,
 - Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orcamentária Anual.

(Continua na próxima página)

Ano XXII • Teresina (PI) - Sexta-Feira, 28 de Junho de 2024 • Edição VC



8



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.
- A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.
- V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma do Art. 60 da ADCT e da Lei N.º 14.113 de 25 de Dezembro de 2.020.
- VII. A aplicação de no mínimo 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde da Receita proveniente de Impostos e das Transferências de Recursos, cumprirá ao disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.
- IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- X. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.
- XI. Será estabelecida a Reserva de Contingência, em até 1%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente Líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de Decreto do Poder Executivo, nos termos do Art. 40 e 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2025.

- Art. 8º. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.
- Art. 9°. Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:
 - a) Despesas Correntes:
 - 1 pessoal e encargos sociais;
 - 2 juros e encargos da dívida Interna;
 - 3 outras despesas correntes;
 - b) Despesas de Capital:



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- 4 investimentos:
- 5 inversões financeiras;
- 6 amortização da dívida
- § 1º A Reserva de Contingência será identificada pelo digito "9", no tocante ao grupo de natureza da despesa.
- § 2º A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.
- § 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas um código numérico sequencial.
- § 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:
 - Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos Orcamentos Fiscais e da Seguridade Social (15):
 - II. Transferências à União (20);
 - III. Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);
 - IV. Transferências a Municípios (40);
 - V. Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos (50);
 - VI. Transferências a Instituições Privadas com fins Lucrativos (60);
 - VII. Aplicações Diretas Administração Municipal (90);
 - VIII. Aplicações Diretas Decorrente de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (91).
 - IX. Reserva de Contingência (99);



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001.87

Art. 10. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

- Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;
- Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;
- III. Quadro-Resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orcamentos:
- a) Por classificação institucional;
- b) Por função;
- c) Por subfunção;
- d) Por programa;
- e) Por grupo de despesa;
- f) Por modalidade de aplicação;
- g) Por elemento de despesa.
- IV. Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;
- V. Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do Município;
- VI. Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;
- VII. As tabelas explicativas de que trata o Art. 22, inciso III, letras A, B e C, sobre a evolução da Receita, letras D, E e F sobre a evolução da Despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

(Continua na próxima página)

www.diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais





CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES E METAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

- Art. 11. Obedecerá à elaboração do Orçamento do Município de Nova Santa Rita-PI relativo ao Exercício Financeiro de 2025, as diretrizes gerais e específicas de que trata este Capítulo, consubstanciadas no texto desta Lei.
- Art. 12. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2025, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- Art. 13. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenha sido objeto de projetos de Leis especifica.
- Art. 14. A Lei Orçamentária para 2025 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificando com código de destinação dos recursos, especificando aqueles vinculados a seus fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrados as despesas por função, subfunção, programa, projeto e atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias MOG 42/1999 (atualizada pela portaria SOF/ME Nº 2.520 de 21 de março de 2022), Portaria interministerial Nº. 163/2001 (atualizada pela portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103 de 05 de outubro de 2021), conjunta STN/SOF/ME Nº. 117 de 28 de outubro de 2021 e alterações posteriores.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

Art. 15. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrentes de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3°, da Constituição Federal.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECIFICAS

Art. 16. Em cumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso I do Art. 4º da Lei Complementar Federal – LRF nº 101. de 04/05/2000:

Fica o Poder Executivo autorizado a:

- § 1º. Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições. Públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres.
- § 2º. Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

Parágrafo Único - As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Art. 17. As operações de crédito por antecipação da Receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício; em que forem contratadas.
- Art. 18. Nos moldes do art. 165, § 8º da Constituição e do art. 7º, inciso I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 50% para abertura de créditos adicionais suplementares.
- Art. 19. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos, por meio de auxílios financeiros, materiais de distribuição gratuita ou patrocínio, para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou apoiar atividades de interesse público.
 - § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:
- I auxílios financeiros a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens;
- II material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente:
- III patrocínio: dotações destinadas a apoiar financeiramente eventos esportivos, religiosos e culturais, tendo como contrapartida a divulgação da marca do órgão transferidor;
- Art. 20. Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual), da proposta orçamentária de 2025 e durante sua execução, o executivo municipal poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade, significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇOES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

- Art. 21. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.
- Art. 22. O Orçamento Fiscal do Município abrangera todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

Parágrafo único - Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

- Art. 23. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas a áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.
- Art. 24. O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município de detalhará, individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA MUNICIPAL 13 (Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais





- Art. 25. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.
- Art. 26. O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.
- Art. 27. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.
- Art. 28. As despesas com o serviço da dívida do Município, deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orcamentária.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 29. As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, do Art. 19 e inciso III, do Art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- § 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada ao final de cada semestre.
- § 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.
- § 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes Despesas:
 - I. Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
 - II. Obrigações patronais (encargos sociais);
 - III. Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
 - IV. Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito;
 - V. Subsídios dos Vereadores;
 - VI. Outras Despesas de Pessoal.
- § 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do *caput* deste artigo.
- § 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- § 6º. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009 e na Lei Municipal correspondente.
- Art. 30. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos de reconhecida utilidade pública; a pessoas físicas, carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.
- § 1°. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.
- § 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.
- § 3º. Fica vedada à concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.
- Art. 31. Fica o Poder executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei Federal N.º 14.113/2020, observando as condições estipuladas no Art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

CAPÍTULO VIII

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO E REPASSE PARA A CÂMARA

Art. 32. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao executivo até 15 de julho de 2024, para serem incluídos na proposta Orçamentária do Município.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-PI CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

Parágrafo único – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária do Legislativo:

- I. O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme Art. 29-A, inciso I da Constituição Federal (E.C. n.º 58/2009).
- As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no Art. 29-A, § 1º da Constituição Federal (E.C nº 25/2000).
- Art. 33. A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipal ocorrerá conforme o disposto no Art. 29 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de dezembro de 2009.

Parágrafo único - O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20 (vinte) de cada mês o valor referente ao duodécimo, conforme resultado apurado da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundos especiais e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

Art. 34. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deve conter os elementos de despesa 32.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida, e 46.00.00.00 -Amortização da Dívida, e seus desdobramentos apropriados, no valor do débito

(Continua na próxima página)

1:





previdenciário de responsabilidade da Câmara Municipal apurado na negociação de dívida com o INSS, ficando o poder Executivo autorizado a descontar de parcela do repasse do duodécimo o equivalente ao valor da prestação vencendo no mês do repasse, em cumprimento do que recomenda o Tribunal de Contas do Estado do Piauí no parecer resultante do Processo TCE-08926/10.

Art. 35. O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do Duodécimo ao Poder Legislativo, os débitos previdenciários com INSS, não pago pelo Legislativo até o seu vencimento o qual fora debitado automaticamente na Conta do FPM.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

- Art. 36. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 2025, contemplara medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.
- Art. 37. O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:
 - I. Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
 - Priorização dos tributos diretos;
 - III. Aplicação da justiça fiscal;
 - IV. Atualização das taxas;
 - V. Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de setembro de 2024, o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que apreciará até a última Sessão Legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único - Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 31 de dezembro de 2024, fica o Legislativo Municipal autorizado a adotar a lei orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do Art. 34 da Constituição Estadual.

- Art. 39. A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2024, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.
- § 1º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orcamentária.
- I Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentadas com a forma e o detalhamento de despesa estabelecida nesta
- II Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.
- § 2º Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria Econômica/Grupo de Natureza de



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

Despesa/Modalidade de aplicação sem interferir no limite do percentual de suplementação dos créditos adicionais a serem estabelecidos na lei orçamentária, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI da CF), até o limite de 30% do total da despesa fixada presente na LOA.

- Art. 40. Efetuar com estrita observância a emissão de Relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do Art. 63 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Art. 41. Em cumprimento ao disposto na alínea "e" do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF nº 101, de 04/05/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feito de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo Municipal.

Parágrafo Único — A avaliação dos resultados obtidos em cada Órgão, dos programas financiados com recursos Orçamentários que integram a execução do Orçamento, conforme dispõe o Art. 4ª, I, alínea "e" da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando o Controle Interno do município responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas fiscais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o Exercício Financeiro de 2025.

- Art. 42. Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizados a realizar concurso público/processos seletivos para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, desde que não venham a ultrapassar o limite prudencial dos gastos com pessoal, elencados no Art. 29 da presente Lei.
- Art. 43. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-PI CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

- Art. 44. Caso seja necessário o Poder Executivo adotará à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea "b" inciso I do Art. 4º da LRF nº 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes" de cada poder, aos trinta dias subsequentes.
- Art. 45. Em face de isolamento requerido por crise epidêmica, serão virtuais as audiências públicas determinadas no art. 48, § 1°, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Art. 46. Visando a desenvolvimento do associativismo, o Governo Municipal poderá fazer parcerias ou contratações com associações comunitárias para a execução de obras e prestação de serviços.
- Art. 47. O Governo Municipal prestará assistência social individual, ou coletivamente à pessoa ou grupo social que se encontre em situação de risco, abaixo da linha de pobreza, ou em condições de vulnerabilidade.

Parágrafo Único - Para as Finalidades do disposto no caput deste artigo, será considerado abaixo da linha de pobreza o indivíduo ou a família com insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de subsistência.

Art. 48. Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas

(Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais



24



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal

Art. 49 - Caso o Proieto da Lei Orcamentária de 2025 não seia aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2024, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 50. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2.025

Gabinete do Prefeito de Nova Santa Rita-Pl. 18 de junho 2024.

HELLMARQUES DE

Assinado de forma digital CARVALHO:00830345361 CARVALHO:00830345361

Heli Marques de Carvalho **Prefeito Municipal**

Registre-se, publique-se e cumpra-se;

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei da Prefeitura Municipal Nova Santa Rita-PI, aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro (18-06-



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES 2025

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os sequintes demonstrativos:

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS GOVERNAMENTAIS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL META - APRIMORAR, ORGANIZAR E MODERNIZAR AS ATIVIDADES REFERENTES AO PODER LEGISLATIVO

AÇÕES:

- Construção e Restauração do Prédio da Câmara;
- Aquisição de Veículo para Câmara Municipal;
- Contribuições para a AVEP:
- Manutenção da Câmara Municipal:
- Transmissões radiofônicas e tv das sessões legislativas:
- Publicações de editais e notas;
- Encargos com parcelamento de dívida;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

META - ORGANIZAR E ESTRUTURAR AS ATIVIDADES INERENTES AO PODER INTERESSES **PÚBLICO** PARA ATENDER OS DA POPULAÇÃO.

AÇÕES:

- Encargos com Assessoria Jurídica;
- Aquisição de Veículo:
- Aguisição de equipamentos para o gabinete:
- Manutenção do Gabinete do Prefeito;



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Contribuição a Entidades:
- Gastos com a Assessoria de Comunicação;
- Apoiar Junta de Servico Militar
- Encargos com a Segurança Pública;
- Apoio Financeiro a Entidades Privadas e Subvenções Sociais:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

META - OTIMIZAR E PLANEJAR AS ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO, AFIM DE ORGANIZAR AS FINAÇAS PÚBLICAS.

AÇÕES:

- Indenizações Administrativas e Sentenças Judiciais:
- Manutenção dos serviços de contabilidade;
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a sec. De Administração, Planejamento e Finanças;
- Manutenção e encargos da secretaria Municipal de Administração,
- Realização de Teste Seletivo:
- Realização de Concurso Público:
- Manutenção do departamento de almoxarifado e patrimônio:
- Encargos com os Serviços de Água e Esgoto:
- Encargos com os Serviços de Energia Elétrica;
- Manutenção do setor tributário e de fiscalização;
- Treinamento e capacitação de pessoal;
- Encargos com publicação de atividades da prefeitura:
- Encargos com inativos e pensionistas;
- Encargos com Obrigações Patronais:
- Parcelamento de dívidas;
- Encargos com o Paseo:

ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

Reserva de contingência;

Prefeitura Municipal
NOVA SANTA RITA-PI

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E INFRA-ESTRUTURA;

META - PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA RURAL MUNICÍPIO. DO

AÇÕES:

- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente;
- Manutenção de praças, parques, jardins e outros logradouros públicos;
- Construção de Pavimentação Asfáltica;
- Manutenção e Encargos da Secretaria municipal:
- Construção e Recuperação de calçamento;
- Construção e Restauração de Prédios Públicos:
- Pavimentação de ruas e avenidas:
- Construção e restauração de praças, parques, jardins e outros logradouros;
- Construção e recuperação de ruas, estradas e avenidas;
- Pavimentação e urbanização de vias públicas:
- Construção e Restauração de Estradas Vicinais Manutenção e conservação de Estradas Vicinais:
- Construção de Portal;
- Urbanização de vias e outros logradouros públicos;
- Manutenção dos serviços de correição;
- Construção e recuperação de Lavanderias Públicas
- Construção reforma e ampliação de cemitérios públicos;
- Manutenção dos serviços de Limpeza Pública;
- Manutenção dos serviços funerários:
- Construir, Reformar e Ampliar Casas Populares;

Implantação e ampliação de Rede de Eletrificação Rural e Urbana; (Continua na próxima página)

www.diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais





ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl

- Manutenção dos serviços de Iluminação Pública;
- Construção e reforma de Terminal Rodoviário:
- Manutenção dos servicos rodoviários:
- Construção e Restauração de Pontes, bueiros e passagens molhadas:
- Aquisição de Equipamentos para Serviços de limpeza pública;
- Construção e Recuperação de Melhoria Habitacional;
- Indenização e desapropriação de imóveis;
- Aguisição de Caminhão Compactador de Lixo;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

META – APOIAR E DESENVOLVER ATIVIDADES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, VISANDO A GARANTIA DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

AÇÕES:

- Construção e recuperação de parques ambientais;
- Administração e encargos da secretaria municipal de meio ambiente;
- Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Educação ambiental e Preservação dos parques públicos;
- Manutenção da brigada de incêndio;
- Coordenação e fiscalização da execução de controle de políticas ambientais;
- Ações de combate ao desmatamento e as queimadas;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA;

META – PROMOVER UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E INCENTIVAR A CULTURA. ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO.

AÇÕES:

Indenizações administrativas e sentenças judiciais;

26



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-PI

- Construir, Ampliar e Recuperar prédios da sec. Municipal de educação;
- Aquisição de equipamentos para Sec. De Educação;
- Encargos com os Serviços de Água e Esgoto;
- Encargos com os Serviços de Energia Elétrica;
- Construir, Ampliar, Reformar e equipar Unidades Escolares;
- Construir, Ampliar, Reformar e equipar Creches;
- Construir, Ampliar, Reformar e equipar Pré-escola;
- Aquisição e desapropriação de bens imóveis;
- Aquisição de Veículo;
- Aquisição de Transporte Escolar;
- Encargos com obrigações patronais;
- Manutenção e Limpeza de unidades escolares;
- Administração e Encargos da Sec. De Educação, esporte e cultura;
- Manutenção e Encargos com Ensino Fundamental;
- Manutenção e Encargos com Creche;
- Manutenção e Encargos com Ensino Pré-Escolar;
- Manutenção e Encargos com Educação Especial;
- Manutenção e Encargos com Educação de jovens e Adultos;
- Manutenção do programa alimentação escolar PNAE;
- Manutenção do programa transporte escolar PNATE;
- Manutenção do PDDE;
- Manutenção da quota salário educação QSE;
- Manutenção do Projovem;
- Manutenção dos programas do FNDE;
- Formação continuada dos profissionais em educação;
- Treinamento e Capacitação de Pessoal;
- Construção e reforma de Biblioteca em escola pública;
- Manutenção de Biblioteca em Escola Pública;
- Construção e reformar de quadras em escolas municipais;
- Manutenção de Quadras em escolas municipais;



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Manutenção e encargos com a Cultura
- Aquisição de Instrumentos Musicais;
- Construção e Reforma de Biblioteca Municipal;
- Manutenção de Biblioteca Municipal;
- Encargos com festividades e comemorações
- Apoio as atividades Culturais do Município;
- Manutenção do telecentro comunitário;
- Manutenção e encargos com o Esporte
- Construção, reforma e ampliação de estádio municipal;
- Construção, reforma e ampliação de campos, quadras e ginásios poliesportivos;
- Construção, e recuperação de Parques recreativos e desportivos;
- Manutenção e conservação de campos, quadras e ginásios poliesportivos;
- Manutenção do Estádio Municipal;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.05.01 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

META – PROMOVER UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE E A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

AÇÕES:

- Construir, Ampliar, Reformar e equipar Unidades Escolares;
- Construir, Ampliar, Reformar e equipar Creches;
- Construir, Ampliar, Reformar e equipar Pré-escola;
- Aquisição de Veículos;
- Encargos com Pessoal Administrativo Fundeb:
- Encargos com Pessoal do Ens. Fundamental Magistério;
- Encargos com Pessoal do Ens. Infantil Magistério;

Encargos com Pessoal do Ens. Pré-Escolar – Magistério;



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-PI CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Encargos com Pessoal do EJA Magistério;
- Encargos com Pessoal da Educação Especial Magistério;
- Outras despesas de custeio Fundeb;
- Encargos com obrigações patronais;
- Manutenção do Transporte escolar Fundeb;
- Treinamento e Capacitação de Pessoal;
- Formação continuada dos profissionais em educação;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

META – FORNECER SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE QUALIDADE PARA A POPULAÇÃO E PROMOVER MELHORIAS NO SISTEMA DE SANEAMENTO

AÇÕES:

- Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;
- Construção, Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde;
- Construir, recuperar e equipar chafarizes, cisternas e caixa d'águas;
- Manutenção de poços e chafarizes, cisternas e caixa d'águas;
- Perfurar e Equipar poços tubulares;
- Construir e recuperar açudes e barragens;
- Construção e Ampliação do Sistema de abastecimento d'água;
- Manutenção da rede de abastecimento de água;
- Construção e Restauração galerias e canais de drenagem;
 Implantação de Módulos Sanitários Domiciliares;
- Construção e recuperação de aterro sanitário;
- Construção e Ampliação da rede de esgotos;
 Construção fossas Sanitárias;
- Desenvolver Ações de Manutenção do Saneamento;
- Elaborar e Implantar o Plano de Saneamento Básico;

(Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais

27

Ano XXII • Teresina (PI) - Sexta-Feira, 28 de Junho de 2024 • Edição VC





32



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

UNIDADE ORCAMENTÁRIA - 02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS META - GARANTIR ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE PARA A POPULAÇÃO, ASSEGURANDO A QUALIDADE DOS SERVICOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA SALIDE

ACÕES:

- Ações de enfrentamento a COVID-19
- Encargos com os Servicos de Água e Esgoto:
- Encargos com os Serviços de Energia Elétrica;
- Aquisição de equipamentos e material permanente FMS
- Aquisição de Veículo FMS
- Aquisição de Ambulância
- Construir e equipar consultórios odontológicos
- Construir e equipar academias de saúde;
- Construir, ampliar, reformar e equipar prédios da Sec. municipal de Saúde;
- Construir, ampliar, reformar e equipar Unidade Básica de Saúde UBS;
- Manutenção do sistema de saúde do município:
- Encargos com Obrigações Patronais;
- Aquisição de Materiais e Medicamentos:
- Manutenção do Programa de saúde da Família PSF
- Manutenção do Programa de agentes comunitários de saúde PACS
- Manutenção do Programa de incentivo a saúde bucal PSB
- Manutenção do Programa Saúde na Escola PSE
- Manutenção do Núcleo de apoio a saúde da Família NASF
- Manutenção da Farmácia Básica
- Manutenção das ações de vigilância em saúde;
- Manutenção das ações de controle de doenças e endemias
- Manutenção do Co financiamento Estadual:
- Instalação do laboratório de prótese e órtese dentária;
- Manutenção do laboratório de prótese e órtese dentária:

30



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Realização de campanhas de vacinação e prevenção educativa;
- Manutenção do Programa Previne Brasil;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA CRIANCA DO ADOLESCENTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL META - PROMOVER AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE MODO A FAVORECER O DESENVOLVIMENTO E A INCLUSÃO SOCIAL

AÇÕES:

- Construção, reforma e ampliação de prédios da Assistência Social:
- Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Formação e capacitação dos profissionais da Assistência Socia:
- Encargos com Obrigações Patronais;
- Manutenção da secretaria de Assistência Social;
- Manutenção e apoio ao conselho tutelar;
- Manutenção e apoio a pessoas carentes;
- Ações de medidas sócio educativas p/ crianças e adolescentes;

UNIDADE ORCAMENTÁRIA - 02 07 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

META - PROMOVER E APRIMORAR AS AÇÕES DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSITÊNCIA SOCIAL - SUAS, VISANDO FAVORECER O DESENVOLVIMENTO E A PROTEÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES **VULNERÁVEIS**

ACÕES:

- Desenvolvimentos das ações do Programa Criança Feliz;
- Manutenção do Fundo municipal de Assistência Social FMAS
- Manutenção e apoio ao conselho tutelar:

ESTADO DO PIAUÍ

- Aquisição de equipamento e material permanente FMAS:
- Construção, ampliação, reforma e equipar prédios da Assistência Social
- Construir e equipar CRAS:
- Aquisição de veículo;
- Apoio a pessoas carentes:
- Acompanhamento e revisão do BPC
- Manutenção do Centro de Referencia da Assistência Social CRAS
- Manutenção do programa de Assistência a gestante carente:
- Ações de medidas sócio educativas p/ crianças e adolescentes;
- Ações de garantia dos direitos da criança e do adolescente
- Manutenção do programa IGD-SUAS:
- Manutenção do Programa Bolsa Família:
- Manutenção da Proteção Social Básica:
- Serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 02.07.02 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

META - PROMOVER ACÕES DE PROTEÇÃO A CRIANCAS E ADOLESCENTES

ACÕES:

- Acões de medidas sócio educativas p/ crianças e adolescentes:
- Ações de garantia dos direitos da criança e dos adolescentes:

UNIDADE ORCAMENTÁRIA - 02.08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

META - COORDENAR E DESENVOLVER AS POLITICAS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO.

ACÕES:

Administração e encargos da Secretaria de Agricultura:

NOVA SANTA RITA-PI

ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

- Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Const., Reforma e Ampl. de Mercados, Feiras, e Matadouro público;
- Manutenção dos serviços de correição:
- Manutenção de mercados e feiras e matadouro público:
- Aquisição de veículo e implementos para o setor agrícola;
- Apoio e manutenção da Agropecuária
- Apoiar o produtor rural;
- Implantação de projeto de irrigação;
- Manutenção do projeto de irrigação;
- Recuperação e/o e desassoreamento de barreiros
- Produção e distribuição de mudas
- Aquisição de patrulha mecanizada
- Implantação de Hortas Comunitárias;
- Const. de escola da família agrícola;

UNIDADE ORCAMENTÁRIA - 02.09.00 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

META - DESENVOLVER ATIVIDADES DO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS. INCLUINDO UMA ABORDAGEM EFICAZ NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

AÇÕES:

- Manutenção dos serviços da controladoria geral do município;
- Treinamento e capacitação de pessoal;

HELI MARQUES DE Assinado de for CARVALHO:00830345 por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361 Heli Marques de Carvalho

(Continua na próxima página)

www.diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais





LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS Nº 306. DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS **METAS ANUAIS** 2025

AMF - DEM 1 (LRF, art. 4°, § 1°)										
	2025				2026			2027		
ESPECIFICAÇÃO	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL	Valor	Valor	% RCL	
	Corrente (A)	Constante	(A/RCL)	Corrente (B)	Constante	(B/RCL)	Corrente (C)	Constante	(C/RCL)	
RECEITA TOTAL	33.035.267,53	30.752.586,67	112,34%	34.687.030,90	31.198.276,33	110,24%	35.727.641,83	31.047.560,02	108,14%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	32.575.267,53	30.324.371,89	110,78%	34.204.030,90	30.763.855,54	108,71%	35.230.151,83	30.615.237,88	106,64%	
DESPESAS TOTAL	33.035.267,53	30.752.586,67	112,34%	34.687.030,90	31.198.276,33	110,24%	35.727.641,83	31.047.560,02	108,14%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	32.534.267,53	30.286.204,92	110,64%	34.160.980,90	30.725.135,42	108,57%	35.185.810,33	30.576.704,82	106,50%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	41.000,00	38.166,97	0,14%	43.050,00	38.720,11	0,14%	44.341,50	38.533,06	0,13%	
RESULTADO NOMINAL	220.000,00	204.798,37	0,75%	231.000,00	207.766,47	0,73%	237.930,00	206.762,76	0,72%	

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTR 4.807.583,47 4.475.387,62 5.087.148,38 4.735.635,07

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital CARVALHO:008303 por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361 45361
HELI MARQUES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 008.303.453-61

NOVA SANTA RITA-P

ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

5.047.962,64 4.540.248,31 5.341.505.79 4.804.267,46

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2025

AMF - DEM 2 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (A)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (B)	% PIB	% RCL	Varia	ção
	em 2023 (A)			em 2023 (B)			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	24.979.408,34	0,0023	1,19	23.123.285,42	0,0021	1,10	(1.856.122,92)	-7,43%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	24.569.408,34	0,0023	1,17	22.989.158,30	0,0021	1,09	(1.580.250,04)	-6,43%
DESPESAS TOTAL	24.979.408,34	0,0023	1,19	24.789.484,62	0,0023	1,18	(189.923,72)	-0,76%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	24.527.408,34	0,0023	1,17	24.266.981,26	0,0022	1,15	(260.427,08)	-1,06%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	42.000,00	0,0000	0,00	(1.277.822,96)	(0,0001)	(0,06)	(1.319.822,96)	-3142,44%
RESULTADO NOMINAL	150.000,00	0,0000	0,01	(1.143.695,84)	(0,0001)	(0,05)	(1.293.695,84)	-862,46%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	5.095.141,22	0,0005	0,24	4.578.650,92	0,0004	0,22	(516.490,30)	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	5.180.797,02	0,0005	0,25	4.858.215,83	0,0004	0,23	(322.581,19)	-6,23%

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO, SEPLAN e RGF

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital CARVALHO:008303 POP HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361 HELI MARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 008.303.453-61

ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2025

AMF - DEM 3 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso	II)										R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CORRENTES										
ESFECIFICAÇÃO	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	
RECEITA TOTAL	21.929.184,31	24.979.408,34	13,91%	28.726.319,59	15,00%	33.035.267,53	15,00%	34.687.030,90	5,00%	35.727.641,83	3,00%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	21.821.267,08	24.569.408,34	12,59%	28.274.319,59	15,08%	32.575.267,53	15,21%	34.204.030,90	5,00%	35.230.151,83	3,00%	
DESPESAS TOTAL	21.552.285,40	24.979.408,34	15,90%	28.726.319,59	15,00%	33.035.267,53	15,00%	34.687.030,90	5,00%	35.727.641,83	3,00%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	21.207.424,26	24.527.408,34	15,65%	28.245.319,59	15,16%	32.534.267,53	15,18%	34.160.980,90	5,00%	35.185.810,33	3,00%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	613.842,82	42.000,00	-93,16%	29.000,00	-30,95%	41.000,00	41,38%	43.050,00	5,00%	44.341,50	3,00%	
RESULTADO NOMINAL	721.760,05	150.000,00	-79,22%	179.500,00	19,67%	220.000,00	22,56%	231.000,00	5,00%	237.930,00	3,00%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	5.095.141,22	5.095.141,22	0,00%	4.578.650,92	-10,14%	4.807.583,47	5,00%	5.047.962,64	5,00%	5.199.401,52	3,00%	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	5.180.797,02	4.858.215,83	-6,23%	4.858.215,83	0,00%	5.087.148,38	4,71%	5.341.505,79	5,00%	5.501.750,97	3,00%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2024	%
RECEITA TOTAL	19.469.187,87	23.201.828,98	19,17%	27.685.350,41	19,32%	30.752.586,67	11,08%	31.198.276,33	1,45%	31.047.560,02	-0,48%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	19.373.376,70	22.821.005,32	17,80%	27.249.729,75	19,41%	30.324.371,89	11,28%	30.763.855,54	1,45%	30.615.237,88	-0,48%
DESPESAS TOTAL	19.134.569,14	23.201.828,98	21,26%	27.685.350,41	19,32%	30.752.586,67	11,08%	31.198.276,33	1,45%	31.047.560,02	-0,48%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	18.828.394,22	22.781.994,11	21,00%	27.221.780,64	19,49%	30.286.204,92	11,26%	30.725.135,42	1,45%	30.576.704,82	-0,48%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	544.982,48	39.011,20	-92,84%	27.949,11	-28,36%	38.166,97	36,56%	38.720,11	1,45%	38.533,06	-0,48%
RESULTADO NOMINAL	640.793,65	139.325,73	-78,26%	172.995,37	24,17%	204.798,37	18,38%	207.766,47	1,45%	206.762,76	-0,48%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	4.523.572,80	4.732.561,86	4,62%	4.412.732,19	-6,76%	4.475.387,62	1,42%	4.540.248,31	1,45%	4.518.314,74	-0,48%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.599.619,81	4.512.496,51	-1,89%	4.858.215,83	7,66%	4.735.635,07	-2,52%	4.804.267,46	1,45%	4.781.058,44	-0,48%
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SE	TOR CONTÁBIL, F	RELATÓRIOS DA F	REO, SEF	LAN e RGF							

), SEPLAN e RGF HELI MARQUES DE Assinado de forma digital
CARVALHO:008303453 por HELI MARQUES DE
CARVALHO:00830345361
HELI MARQUES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 008.303.453-61

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais





ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2025

AMF - DEM 4 (LRF, art, 4°, § 2°, inciso III)

AMF - DEM 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III)							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%	
PATRIMÔNIO/CAPITAL	1.925.583,19	20,60%	1.925.583,19	26,62%	1.925.583,19	31,97%	
RESERVAS	-	0,00%	ı	0,00%	-	0,00%	
RESULTADO ACUMULADO	7.421.159,89	79,40%	5.306.818,87	73,38%	4.097.024,56	68,03%	
TOTAL	9.346.743,08	100,00%	7.232.402,06	100,00%	6.022.607,75	100,00%	
REGIME PREVIDENCIÁRIO							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%	
PATRIMÔNIO		0,00%	1	0,00%	-	0,00%	
RESERVAS	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	0,00%	1	0,00%	-	0,00%	
TOTAL	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital CARVALHO:008303 por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361

HELI MARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL CPF: 008.303.453-61

37



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2025

AMF - DEM 5 (LRF, art. 4°, § 2°, INCISO III)

RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis DESPESAS EXECUTADAS	R\$ - R\$ - R\$ -	R\$ - R\$ - R\$ -	R\$ - R\$ - R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ - 2023 (d)	R\$ -	R\$ -
	2023 (d)	·	
DESPESAS EXECUTADAS		2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -

SALDO FINANCEIRO	2023	2022	2021
	(g)=(la-lld)+lllh)	(h)=((lb-lle)+llli)	(i)=(lc-llf)
VALOR (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital CARVALHO:0083034536 por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361

HELI MARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL CPF: 008.303.453-61





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS № 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2929			
AMF - DEM 6 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso IV, alinea "a")			R\$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PRE	VIDÊNCIA DOS S	ERVIDORES - F	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDE			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)		-	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	-	_	_
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	_	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	_
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	_	_
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ²	-	_	_
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2021	2022	2023
VALOR	-	_	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	-	-	_
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	-	-	_
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2021	2022	2023
VALOR	-	_	_
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANC			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Benefícios	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-
2			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) ²	-	-	-
			0000
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
VALOR	-	_	_



ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO	OS SERVIDORES	- RPPS	
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Receitas Correntes	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	-	-	-
	-	-	-
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	1-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) ²	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
VALOR	-	-	-
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PEL	O TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2021	2022	2023
VALOR	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2021	2022	2023
VALOR	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)		-	-
		10 (0)	
RES. DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) ²			
RES. DOS BENEFICIOS MANTIDOS FEED TESOURO (XIX) - (XVII - XVIII)	•	-	-
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊN	ICIA DOS SERVID	OPES	
FROJEÇÃO ATOANIAL DO REGIME PROPRIO DE PREVIDEN	ICIA DOS SERVID	OKES	
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDE	NCIÁPIO)		
TONDO LINI CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDE	Receitas	Resultado	
	Previdenciárias	Previdenciário	Sld. Fin.
EXERCÍCIO	(a)	(c) = (a-b)	do Ex.
EALICOIO	(4)	(c) = (a-b)	(d) = (d Ex.
			Ant.) + (c)
	-	-	-
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANC	EIRO)		
	Receitas	Res.	
	Previdenciárias	Previdenciário	Sld. Fin.
EXERCÍCIO	(a)	(c) = (a-b)	do Ex.
			(d) = (d Ex.
			Ant.) + (c)
	-	-	-

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital CARVALHO:008303 por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361

HELI MARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL CPF: 008.303.453-61







ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2025

AMF - DEM 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

/ / /								
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS /	RENÚNCI	A DE RECEITA	COMPENSAÇÃO			
INIBUTO	WIODALIDADE	BENEFICIÁRIOS	2025	2026	2027	COMPENSAÇÃO		
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUVE						
ISSQN	Remissão	NÃO HOUVE						
ISSQN	Isenção	NÃO HOUVE						
	TOTAL		R\$ -	R\$ -	R\$ -			

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361 CARVALHO:00830345361 CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 008.303.453-61

41



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO II - METAS FISCAIS MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2025

AMF - DEM 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025					
Aumento Permanente da Receita	R\$ 736.001,02					
(-)Transferências Constitucionais	R\$ -					
(-)Transferências ao Fundeb	R\$ 147.200,20					
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ 588.800,82					
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ -					
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$ 588.800,82					
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ -					
Novas DOCC	R\$ -					
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ -					
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$ 588.800,82					
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ - R\$ 588.800,82					

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

HELI MARQUES DE Assinado de forma digital CARVALHO:00830345 por HELI MARQUES DE 361 CARVALHO:00830345361

HELI MARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL CPF: 008.303.453-61

42

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA-PI LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306 DE 18 DE JUNHO DE 2024

ANEXO III - RISCOS FISCAIS - 2025

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências (Art. 4°, § 3°, da LC n°. 101, de 04/05/2000).

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deva conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais é a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos orçamentários referem-se à frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição da atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outros. Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Exercício Financeiro de 2025, conforme demonstrativo que segue.



ESTADO DO PIAUÍ Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita-Pl CNPJ nº: 01.612.599/0001-87

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS Nº 306, DE 18 DE JUNHO DE 2024 ANEXO III - RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2025

ARF (LRF, art. 4°, § 3°)

7 (= , 3 ·)			1.4 .100
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Estiagem prolongada e/ou enchentes	R\$ 130.000,00		
Assistências a Epidemias	R\$ 80.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 210.000,00
SUB-TOTAL	R\$ 210.000,00	SUBTOTAL	R\$ 210.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Discrepância de projeções	R\$ 20.000,00	-	R\$ -
Frustração de receita	R\$ 20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 40.000,00
SUBTOTAL	R\$ 40.000,00	SUBTOTAL	R\$ 40.000,00
TOTAL	R\$ 250.000,00	TOTAL	R\$ 250.000,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SETOR CONTÁBIL

HELI MARQUES DE

CARVALHO:0083034 Assinado de forma digital por HELI MARQUES DE CARVALHO:00830345361

HELI MARQUES DE CARVALHO PREFEITO MUNICIPAL CPF: 008.303.453-61